

A REFORMA PROTESTANTE NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA ESCÓCIA

*César de Alencar Arnaut de Toledo**
*Paulo Henrique Vieira***

RESUMO

A história da educação europeia assenta-se sobre os caminhos traçados pela Igreja Católica durante todo o período em que dominou o continente. Na Escócia esse trajeto não foi diferente até 1560, ano em que o protestantismo se instalou no país, mudando dessa forma o panorama religioso e, conseqüentemente, educacional. A proposta deste trabalho é apresentar o tema da Reforma Protestante e suas relações com o desenvolvimento educacional daquele país, tendo como base alguns manuais de história da educação da Escócia. Para tanto foram utilizadas as seguintes obras: *A History of Secondary Education in Scotland*, de John Strong; *Education in Scotland: A Sketch of the Past and the Present*, de William John Gibson; *Short Studies in Education in Scotland*, de John Clarke; *The History of Scottish Education*, de James Scotland, e *The History of Education and of the Old Parish Schools of Scotland*, de Alexander Wright. Tais obras obedecem simplesmente ao critério de disponibilidade destes autores, uma vez que não encontramos obras sobre o tema no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Reforma Protestante; Escócia; Manuais de história da educação.

* Doutor em Educação pela Unicamp e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

** Mestre em Educação e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

Entender a modernidade é se debruçar no tempo em que o pensamento medieval se enfraquecia diante de novos ideais que surgiam no horizonte europeu entre os séculos 15 e 16. Dentre os grandes acontecimentos da época, sem dúvida nenhuma a Reforma Protestante ocupou uma posição importante, pois trabalhou para derrubar a hegemonia religiosa da milenar Igreja Católica Romana, que ditava as regras do jogo cultural e social do velho continente. As balizas teóricas que sedimentavam a arquitetura do poder que emanava de Roma foram aos poucos desmoronando diante dos embates travados entre católicos e protestantes, mundo afora. A hierarquia da igreja foi questionada, seu líder foi criticado pelas penas de Lutero e Calvino e sua primazia e centralidade sobre a fé cristã foi quebrada.

O mundo medieval baseado no pilares do teocentrismo, da fé e da religião católica, legitimadora do poder político, passou por transformações importantes após 1517, ano marco da Reforma Protestante, e adquiriu novos contornos que mais tarde seriam definidos como modernos. A Reforma Protestante é matéria obrigatória para quem quer entender o surgimento do mundo moderno em seus aspectos culturais, religiosos e políticos. Culturais, porque a ciência e a filosofia libertaram-se da teologia; religiosos, porque as Escrituras Sagradas disputaram com Roma a autoridade sobre a cristandade, e políticos, porque não apenas Deus legitimava a autoridade secular, mas também o povo, de acordo com as novas teorias políticas protestantes.¹

Este trabalho se volta para o aspecto cultural, porque nele queremos entender a questão da relação entre educação e Reforma e de como os manuais de história da educação na Escócia olharam para esse tema. Sabemos que a partir de 1560, com a aprovação do Parlamento, a Escócia tornou-se um país protestante, e que desde então foi governado com base nos paradigmas religiosos ditados pelos reformadores, principalmente Calvino. Queremos analisar de que forma a educação foi influenciada por essas mudanças e de como esse tema é tratado nos manuais. Dada a dificuldade de material sobre o tema, o critério utilizado para a utilização dos livros foi exclusivamente o da disponibilidade.

Para a elaboração deste artigo analisamos as seguintes obras: *A History of Secondary Education in Scotland* (Uma história da educação secundária na Escócia), de John Strong; *Education in Scotland: A Sketch of the Past and the Present* (Educação na Escócia: um esboço do passado e do presente), de William John Gibson; *Short Studies in Education in Scotland* (Breves estudos sobre a educação na Escócia), de John Clarke; *The History of Scottish Education* (História da educação escocesa), de James Scotland; e *The History of*

¹ Sobre esse tema, ver a obra de SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Education and of the Old Parish Schools of Scotland (História da educação e das antigas escolas paroquiais da Escócia), de Alexander Wright.

Conhecida como Scotland (“terra dos escoceses”), a história da Escócia remonta à invasão romana no sul da ilha, que transformou essa região na província romana da Britânia. No século 5º, imigrantes celtas vindos da Irlanda se estabeleceram ao norte, onde hoje é a Escócia. Esses imigrantes, chamados “scots”, já eram cristãos quando saíram da Irlanda. No século seguinte, São Columba converteu o rei ao cristianismo, que passou a ser a religião da Escócia e que dominou o país até o século 16. Após muitas lutas contra o domínio inglês, em 1328 o rei Eduardo III reconheceu oficialmente a independência do país.

A seguir, são apresentadas as informações dos manuais consultados sobre a história da educação na Escócia.

1. A HISTORY OF SECONDARY EDUCATION IN SCOTLAND

O livro de John Strong, *Uma história da educação secundária na Escócia*, trata da questão da Reforma especialmente nos capítulos VI – A Reforma, VII – Os efeitos da Reforma, VIII – A superintendência da Igreja e IX – As escolas paroquiais. No capítulo seis o autor faz uma contextualização histórica da Reforma em seu país, mostrando que a Escócia aderiu à Reforma depois da Suíça, Alemanha e Inglaterra, tanto que ainda em 1525 foi aprovada uma lei no Parlamento que proibia a leitura dos textos de Lutero. Entretanto, em 1543 outra lei foi sancionada permitindo a leitura da Bíblia nas traduções escocesa ou inglesa.

Após a execução de George Wishart² e o assassinato de David Beaton,³ ambos em 1546, fatos marcantes da história da Reforma na Escócia, os nativos começaram a vincular o catolicismo com a submissão à França, sua antiga e histórica aliada contra a Inglaterra. Com a regência de Maria de Guise, membro de uma das mais importantes famílias católicas francesas, os lordes protestantes se uniram para defender a independência do país e para isso foi preciso combater o catolicismo que caminhava *pari passu* com a opressão francesa. Em 1557 os lordes fizeram um memorável acordo em defesa do país e que se tornou o primeiro manifesto do protestantismo na Escócia, a partir do qual tiveram um nome, credo e política definidos e se comprometeram em impô-los a todo o país.⁴

² Reformador escocês condenado à fogueira por heresia em 1546. Ele é considerado um mártir da Reforma na Escócia, ajudou na divulgação das idéias de Calvino e traduziu para o inglês a *Primeira Confissão Helvética*, em 1536.

³ Cardeal católico que presidiu a execução de George Wishart e, sendo aliado da França contra a Escócia, foi cercado no seu castelo em Saint Andrews pelos defensores da Reforma e executado em 1546.

⁴ STRONG, John. *A history of secondary education in Scotland*. Charleston, S.C.: Bibliobazaar, 2009, p. 55.

Passo a passo a Reforma avançava e ganhava contornos mais nítidos com o retorno do reformador John Knox (1505-1572)⁵ ao país depois de sua prisão nas galés francesas e de seu exílio. Finalmente, em 1560, o Parlamento Escocês adotou a confissão de fé protestante, proibiu a missa e aboliu a autoridade do Papa na Escócia. Enquanto isso, Knox e alguns líderes reformadores foram designados para elaborar um esquema de organização da igreja que culminou com a publicação do *Primeiro Livro de Disciplina* (*First Book of Discipline*).⁶ Nesse livro foi esquematizado um sistema de política eclesiástica e também uma organização educacional, tendo em vista não somente dar continuidade às antigas escolas e instituições educacionais mantidas pela igreja, mas também ampliar essa rede em todo o país.

A história da educação na Escócia passa, como na maioria dos países europeus, senão todos eles, pela história da igreja nesses locais. Desde o século 7º, com a fundação do mosteiro de Columba (635 d. C.), a história da educação na Escócia seguiu de mãos dadas com a igreja como sua grande patrocinadora até 1560. Paradoxalmente embora fosse ela a maior mantenedora de instituições de ensino, seus quadros eclesiásticos foram duramente censurados por sua parca instrução, razão pela qual muitas das críticas feitas pelos reformadores tocavam neste ponto. Obviamente que esse fato influenciaria na qualidade da educação fornecida pela igreja, ou mesmo na pouca quantidade de escolas em função da escassez de mestres capacitados para esse fim. Pode-se dizer, no entanto, que os reformadores já encontraram um terreno fértil para desenvolver a educação que lhes interessava, pois a igreja havia mantido escolas e universidades sob sua responsabilidade, as quais foram, bem ou mal, os centros de formação intelectual da Europa medieval.

No *Livro de Disciplina*, John Knox teve a oportunidade de apresentar um esquema de educação que pudesse atender aos anseios da nação. O sistema apresentado por Knox e seus colaboradores era um modelo bem organizado de escolas gradativas e integradas que iam desde os cursos elementares até o universitário. Iniciava-se com um curso elementar para crianças até os oito anos; depois, escolas de gramática para jovens até doze anos, seguidas dos colégios para adolescentes até dezesseis anos e, finalmente, o curso universitário a ser completado por volta dos vinte e quatro anos.⁷ Os reformadores propuseram a designação de um mestre escola em cada paróquia para o ensino básico da escrita e da leitura. Depois, a criação em cada cidade de escolas de gramática e latim, sendo os professores designados pela igreja reformada.

⁵ Teólogo escocês que liderou o processo de consolidação do pensamento protestante na Escócia e um dos autores do *Primeiro Livro de Disciplina*, documento apresentado ao Parlamento sobre a organização e disciplina eclesiástica da Igreja Reformada.

⁶ Doravante citado apenas como *Livro de Disciplina*.

⁷ STRONG, *A history of secondary education in Scotland*, p. 57.

Quanto aos colégios, propunha-se a criação dessas instituições nas cidades mais importantes para o ensino de lógica e retórica juntamente com o grego.⁸ Todos eram compelidos a frequentar as escolas, do rico ao pobre, o primeiro por seus próprios meios, o segundo, desde que comprovasse sua necessidade, sob a responsabilidade da igreja. Finalmente, os grandes colégios, chamados universidades, seriam mantidos em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen.

A organização proposta para Saint Andrews era completa e detalhada. O primeiro colégio constituía-se em Artes: dialética no primeiro ano, matemática no segundo ano e filosofia natural no terceiro ano. A conclusão desses três primeiros anos garantia o diploma de Filosofia. Todos os estudantes deviam provar seus conhecimentos satisfatoriamente antes de ingressar num curso que os especializavam em Medicina, Direito ou Teologia.

O estudante de Medicina permanecia no primeiro colégio por mais cinco anos, depois do curso preliminar de Artes. O estudante de Direito completaria seus estudos no segundo colégio, estudando um ano de filosofia moral e por mais quatro anos as leis. O estudante de Teologia permanecia no segundo colégio estudando filosofia moral, depois ia para o terceiro colégio aprender grego e hebraico pelo período de um ano, após o qual por mais cinco anos estudava o Antigo e o Novo Testamento.

O esquema proposto pelos reformadores não era um quadro estritamente original. Seu mérito consistia em seu vigoroso propósito no qual concebiam a idéia de uma educação nacional, organizada como um todo. Segundo John Strong, os méritos do esquema proposto por Knox e seus auxiliares foram os seguintes: 1) era um sistema nacional; 2) a educação era gradativa da escola primária até a universidade; 3) todas as escolas deveriam ser periodicamente fiscalizadas; 4) as promoções dependiam dos esforços exitosos de cada um e 5) eram garantidas as provisões para os alunos pobres. Tais princípios hoje parecem essenciais em qualquer esquema de organização educacional.⁹

No capítulo VII, o autor trabalha com os efeitos da Reforma. O fracasso na implantação de um sistema de educação nacional controlado pela igreja reformada, juntamente com as lutas que se travaram entre presbiterianos e católicos por quase um século, contribuíram para o crescimento do poder dos conselhos das cidades sobre as escolas urbanas. Esses conselhos assumiram a responsabilidade de manter e administrar as escolas em suas próprias cidades. Ao final do século 16, havia duas classes bem definidas de escolas que preparavam para o ingresso na universidade: as escolas paroquiais nas quais a igreja exercia total controle e as escolas urbanas que eram controladas pela igreja ou pelos conselhos municipais (*Town Council*). A legislação parlamentar existente

⁸ Kirkwall, Channonrie of Ross, Argyle, Aberdeen, Brechin, Saint Andrews, Edimburgh, Jedburgh, Glasgow e Drumfreise.

⁹ STRONG, *A history of secondary education in Scotland*, p. 61.

desde a Reforma na Escócia (1560) até a famosa Lei de Educação de 1872, no que diz respeito às escolas de gramáticas ou urbanas, faz referências quase que exclusivamente à jurisdição da igreja reformada. Qualquer que fosse o controle que os conselhos municipais pudessem exercer sobre as escolas, ele não era concedido pela lei (p. 83-84). A Igreja detinha, quase que exclusivamente o poder de vetar ou aprovar os professores que iriam ensinar nas escolas, mesmo aquelas sob a jurisdição dos conselhos municipais.

O capítulo VIII é dedicado à supervisão da igreja sobre a educação. Desde a primeira lei aprovada pelo Parlamento em 1567 que dava à igreja jurisdição sobre as escolas, houve uma série de revogações e confirmações dessas prerrogativas. Na medida em que restabeleciam o episcopado, essas leis eram descartadas, como em 1606, 1618 e 1662, ou eram restauradas, quando o presbiterianismo retomava a supremacia, como aconteceu em 1592, 1638 e 1690. Em 1690 o Parlamento aboliu seus atos favoráveis ao episcopado, ratificou a Confissão de Fé e estabeleceu a forma presbiteriana de governo da igreja reformada. A antiga jurisdição da igreja sobre a educação foi confirmada por renovadas leis. Pelo Estatuto Parlamentar de 1690, intitulado Lei de Inspeção de Universidades, Colégios e Escolas (Act for Visitation of Universities, Colledges and Schoolls), os mestres das escolas, tanto quanto os professores, reitores e regentes dentro do reino, deveriam subscrever a Confissão de Fé, fazer o juramento de obediência e serem pessoas piedosas e de conversação pacífica, com habilidades para o exercício da educação e submissas ao governo da igreja.¹⁰ Gradativamente os poderes exercidos pela igreja reformada sobre a educação foram sendo transferidos para o poder civil que culminou com a aprovação da Lei de Educação de 1872 quando a superintendência das escolas foi entregue a conselhos escolares, popularmente eleitos.

Finalmente no capítulo IX John Strong trabalha com as escolas paroquiais de 1600 até 1872. As escolas paroquiais combinavam as funções de uma escola elementar com as de uma escola de gramática e esse foi seu elemento distintivo desde o princípio. Por essas características os alunos que frequentavam essas escolas podiam adentrar nas universidades. Desde o início do século 17, esforços foram feitos para a criação de uma escola em cada paróquia, conforme os conselhos dos reformadores. Ao mesmo tempo em que a Assembléia Geral esforçava-se para plantar escolas em cada paróquia, ela também aconselhava o Parlamento a criar provisões para a manutenção dos professores.

2. EDUCATION IN SCOTLAND: A SKETCH OF THE PAST AND THE PRESENT

O livro de William John Gibson, *Educação na Escócia: um esboço do passado e do presente*, publicado em 2010, na verdade uma reprodução da

¹⁰ STRONG, *A history of secondary education in Scotland*, p. 95.

edição de 1912, dedica o capítulo três para falar sobre o século 16 e a Reforma Protestante. Para o autor houve um despertar religioso que não se limitou apenas aos que queriam deixar a igreja. Dentro de seus quadros houve um desejo por reformas que foram sentidas também na questão educacional. O Conselho Provincial em várias reuniões, nas quais estavam presentes os melhores representantes do pensamento conservador da época, se esforçou para acabar com a reconhecida ignorância do clero e para prover o povo com uma melhor instrução. Os nobres e as cidades eram encorajados a restaurar as escolas onde elas estavam decadentes e criar outras nos lugares onde ainda não existiam. Tentativas foram feitas para correlacionar o trabalho das escolas com os estudos nas universidades; nenhum estudante podia adentrar a universidade sem um comprovado conhecimento do latim.

Gibson se vale da gramática de John Vaus (1484-1539), publicada em 1553, onde estão inseridos os regulamentos da escola de gramática de Aberdeen, para nos dar um quadro ilustrativo de como era a vida escolar nos anos anteriores à Reforma Protestante na Escócia.

Os alunos entravam na escola de manhã, ajoelhavam-se e repetiam uma breve prece latina. Às sete horas eles estudavam a lição designada pelo professor. Feito isso, o mestre testava seus conhecimentos e punia aqueles que não respondiam satisfatoriamente. Às oito horas o mestre fazia uma preleção pública, depois da qual os alunos eram liberados para o café da manhã. Às dez horas outra preleção, agora privada, era feita por uma assistente do mestre e às onze horas os alunos pobres tinham permissão de ir para a cidade. Às onze e meia o professor chefe dava uma palestra para alguns garotos sobre Cícero, Terêncio ou Virgílio. Ao meio dia liberava os garotos para o almoço. Às duas horas eles eram esperados novamente na sala, onde seriam supervisionados pelos professores assistentes, que davam atenção aos erros de latim cometidos pelos alunos ou àqueles que não se dedicavam devidamente a seus estudos. Às quatro horas os garotos eram reagrupados por seus tutores para o trabalho do dia. Das cinco às seis eles se ocupavam com debates que eram concluídos com as orações finais.

Não era permitido aos iniciantes falar em público. Pelo menos no primeiro ano, eles tinham que memorizar as confissões, adquirir a arte de contar e os rudimentos da gramática latina. Aos alunos não era permitido o uso do vernáculo até que eles tivessem um conhecimento do latim. Só poderiam usar em seus discursos latim, grego, hebraico, francês ou gaélico. Cada aluno carregava sua vara que o professor usava para castigar aqueles que chegavam atrasados, não preparavam as lições ou que tinham temperamento turbulento.

O que caracterizou a Reforma na Escócia foi o interesse que os reformadores tiveram pela educação, pois acreditavam que nenhuma igreja poderia permanecer pura baseada na ignorância. Para isso formularam um esquema que foi definido no *Livro da Disciplina*. Nos distritos menores, o ministro local

deveria ser responsável pela instrução dos jovens nos primeiros rudimentos e especialmente no catecismo; cada cidade deveria designar um mestre-escola para ensinar gramática e latim. Nas cidades maiores deveriam manter colégios, ou seja, escolas secundárias, nas quais se aprendiam línguas, lógica e retórica; jovens de habilidades que eram muito pobres para arcar com suas despesas deveriam ser mantidos pela igreja e aqueles mais capazes deveriam ser encaminhados para a universidade em Saint Andrews, Glasgow ou Aberdeen, reorganizadas em faculdades, cada uma constituindo uma escola separada de Direito e Teologia em Glasgow e Aberdeen, e em Saint Andrews também de Medicina.

Nesse esquema era preciso organizar formas para verificar o progresso dos alunos e avaliar a possibilidade de promoções. Os ministros, juntamente com outras pessoas instruídas da cidade, formavam um quadro de inspetores que deveriam visitar as escolas trimestralmente. Em qualquer estágio que o aluno deixasse a escola ele deveria estar de posse de conhecimentos essenciais de instrução religiosa para se tornar um membro da igreja.¹¹ Sobre esse esquema educacional o autor escreve: “O esquema era admiravelmente amplo. Seu caráter democrático, sua cuidadosa gradação, do fornecimento dos rudimentos nos mais remotos e esparsos distritos para uma sistemática educação universitária, sua coesão geral, e um modelo sensato no qual o mecanismo existente da Igreja e do Estado devia ser utilizado em sua grande cruzada social para a construção de um povo educado. Todas essas características fizeram das audaciosas concepções do *Primeiro Livro de Disciplina* um marco na história das idéias e dos ideais educacionais.”¹²

3. SHORT STUDIES IN EDUCATION IN SCOTLAND

No livro de John Clarke, *Breves estudos sobre a educação na Escócia*, encontramos referências à Reforma quando o autor analisa as escolas elementares ou primárias. Antes da Reforma houve tentativas de conjugar algum grau de instrução com as paróquias espalhadas pelo país, muito embora, pouco fora conseguido na prática. Os padres eram responsáveis pela educação das crianças e além das funções religiosas tinham outras obrigações que os impediam de realizar com êxito o papel de educadores. Soma-se a isso, o fato de que não havia muitas pessoas, sobretudo no meio rural, que desejasse instrução naqueles tempos. Nos centros maiores como Saint Andrews, Abroath e Perth haviam mosteiros e catedrais com um quadro de pessoal preparado para as duas funções de pregadores e professores. Em conexão com as catedrais e os mosteiros, existiam escolas que mais tarde se tornaram as escolas urbanas ou de gramática.

¹¹ Cf. GIBSON, W. J. *Education in Scotland: a sketch of the past and the present*. London: Longmans, Green, 2010.

¹² Ibid.

Knox e seus companheiros não quiseram abolir nem a igreja e muito menos as escolas, mas reformá-las. Por isso propuseram um sistema que estendesse e aperfeiçoasse aquele existente na época, completando as lacunas do modelo antigo. A Reforma religiosa fundamentou o seu êxito na capacidade intelectual de seus adeptos e na possibilidade de poderem consultar os textos sagrados, e dessa forma disseminar eficientemente a nova doutrina. Por isso Lutero, Calvino, Melancton e Knox dentre outros, além de reformadores, também foram promotores da educação em seus países. O esquema de Knox contemplava um sistema pensado da base ao topo, cujo ápice era a universidade e beneficiou principalmente as escolas paroquiais, pois eram as que tinham maior potencial de crescimento.

No *Livro de Disciplina* são apresentados quatro tipos de instituições educacionais: a) as escolas rurais ou paroquiais, nas quais o ministro da paróquia era o professor das primeiras letras e do catecismo; b) nas vilas maiores e pequenas cidades, as escolas em conexão com a igreja possuíam um funcionário preparado, um mestre-escola competente para ensinar gramática e latim; c) nas cidades maiores, colégios com professores que ensinavam artes, lógica e retórica, tanto quanto línguas e d) as universidades em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen. Não aprovado pelo Parlamento, o esquema de Knox permaneceu como um ideal em que se inspiravam todos aqueles que vislumbravam uma Escócia mais instruída, um ideal pelo qual valia a pena lutar.¹³

O autor afirma que a verdadeira origem da moderna escola elementar é a escola do tipo rural, a escola paroquial, estabelecida com base no modelo concebido por Knox no *Livro de Disciplina*.¹⁴ Esse modelo, no entanto, só foi reconhecido pelas autoridades em 1696, quando foi aprovada pelo Parlamento a lei que obrigava o estabelecimento de pelo menos uma escola em cada paróquia. No esquema do *Livro de Disciplina* havia duas idéias fundamentais: a criação de escolas em todo o país e um cuidadoso sistema de gradação que culminava com a universidade. Após cento e trinta e cinco anos o primeiro foi incorporado na lei. Porém, somente no século 19 é que o segundo problema pode ser resolvido com a aprovação da lei de 1872.¹⁵

4. THE HISTORY OF SCOTTISH EDUCATION

O livro escrito por James Scotland, *História da educação escocesa*, está dividido em duas partes. A primeira, com o título “Educação sob a antiga fé”,

¹³ CLARKE, John. *Short studies in education in Scotland*. London: Longmans, Green, 2010, p. 23.

¹⁴ Ibid., p. 28-29.

¹⁵ Lei Educacional de 1872 que tornou compulsória a educação para crianças de 5 a 13 anos na Escócia. Cf. SELLAR, Alexander Craig. *Manual of the education acts for Scotland*. Milton Keynes: Lightning Source, 2010.

trabalha com a história da educação desde as influências da Igreja Céltica até o período anterior à Reforma. A segunda parte do livro abrange o período da Reforma até a Lei da Educação de 1872, com o título “Da Reforma até a Revolução Industrial 1560-1803”.

No capítulo seis desse livro, “A educação na Igreja e no Estado”, o autor trabalha com os efeitos educacionais da Reforma. Ele lembra que a questão Reforma e Educação não é tão simples assim, ou seja, uma igreja obscurantista de um lado e um grupo de reformadores que ansiavam pela difusão da instrução, de outro lado. Basta lembrar a fundação das universidades no final do século 15, organizadas pela igreja para se tornarem um baluarte contra a heresia e a revolta. A lei de 1543 permitindo que todos possuíssem e lessem as Sagradas Escrituras foi aprovada com a autorização da igreja. O Conselho de 1552 ordenou que o catecismo fosse publicado para a instrução de todo o clero e de todo o seu rebanho.

O autor também analisa o *Livro de Disciplina* e sua influência na história da educação da Escócia. O livro foi escrito pelos chamados seis “Johns”: Douglas, reitor de Saint Andrews, Winram, vice-reitor, Spottiswoode, Willock, Row e Knox.¹⁶ Em menos de um mês de trabalho e sob a influência da intensa energia de Knox eles apresentaram seu esquema diante da Assembléia Geral. O Livro continha dois capítulos: Das escolas (Of schools) e Universidades (Universities). Para James Scotland, esses capítulos foram provavelmente escritos por pessoas diferentes: aquele sobre as universidades é um esquema detalhado e deve ter sido escrito por Douglas; o outro, sobre as escolas, sugere o perfil e a visão de Knox.¹⁷

Para o autor o esquema apresentado pelo *Livro de Disciplina*, não encontrava paralelo no continente. Era um programa inovador e sem precedentes. O esquema partia das escolas paroquiais das áreas rurais, passava pelas escolas de gramática das pequenas cidades e vilas, pelos colégios existentes nas cidades maiores e culminava com as universidades nas três principais cidades da época: Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen. Os melhores estudantes só frequentavam a universidade após oito anos de estudos e para garantir o sucesso desse sistema era preciso uma boa supervisão, tudo isso com fundos que deveriam sair do confisco das terras da antiga Igreja Católica.

As propostas do *Livro de Disciplina* foram rejeitadas pela maioria dos integrantes do Parlamento em 15 de janeiro de 1561, mas receberam trinta e três votos favoráveis. Segundo James Scotland, as influências diretas do *Livro*

¹⁶ Sobre a autoria dessa obra não há unanimidade. Para James Cameron, a presença de John Douglas e John Winram não pode ser dada como certa. Cf. CAMERON, James K. *The First Book of Discipline*. Glasgow: Covenanters Press, 2005.

¹⁷ SCOTLAND, James. *The history of Scottish education*. Edinburgh: T. & A. Constable, 1969, p. 44.

da *Disciplina* foram inexpressivas. Ele nunca entrou em vigor nem foi publicado em larga escala. Sua primeira publicação ocorreu em 1621 na Holanda e a primeira edição britânica somente surgiu em 1720. Porém, a tradição, ainda que não os detalhes, permaneceu viva, e suas propostas só lentamente foram sendo implantadas. O primeiro exame de admissão numa universidade se deu em 1878, quando o professor Ramsay de Glasgow aplicou um teste para estudantes que desejavam ingressar em suas aulas de latim. “O sistema de escolas paroquiais imaginado por Knox e seus colegas nunca foi inteiramente realizado, embora no início do século 19 a maioria das paróquias escocesas tivesse suas próprias escolas”.¹⁸

Por que então o *Livro de Disciplina* é considerado um dos acontecimentos mais importantes na história da educação na Escócia, indaga James Scotland. Segundo ele, isso se deve ao fato de representar idéias de homens que tinham uma impressionante visão de futuro e de conter muitas das noções que são o orgulho da educação escocesa nos dias de hoje: 1) um sistema planejado tão abrangente que se estendia por todo o país; 2) uma educação entendida como direito de todas as crianças, inclusive daquelas que não tinham condições de se manter; 3) o sistema foi concebido tendo como base a religião, sistematicamente ensinada nas escolas e universidades; 4) havia provisão para a organização racional das universidades, de tal forma que nenhum país enviava mais meninos pobres para a universidade do que a Escócia, até o desenvolvimento dos Estados Unidos no século 19; 5) era um esquema essencialmente prático e, finalmente, suas propostas demonstravam a importância que a educação tinha para seus autores, tanto assim que sugeriram que ela fosse compulsória.¹⁹

5. THE HISTORY OF EDUCATION AND OF THE OLD PARISH SCHOOLS OF SCOTLAND

O livro de Alexander Wright, *História da educação e das antigas escolas paroquiais da Escócia*, foi publicado em 2009, embora seu texto original seja de 1898. É um trabalho que aborda a história da educação na Escócia, mas que se dedica fortemente a estudar as escolas paroquiais existentes antes e depois da Reforma Protestante. Segundo o autor, para os reformadores a idéia da criação das escolas paroquiais não tinha como objetivo apenas o fornecimento de uma educação elementar aos mais pobres filhos de camponeses. Para eles, essas escolas serviriam como instituições não apenas de instrução primária para todos, mas para fornecer uma educação conhecida hoje como secundária, para ricos e pobres igualmente.²⁰ Essa preocupação está claramente delineada

¹⁸ Ibid., p. 47.

¹⁹ Ibid., p. 48.

²⁰ WRIGHT, Alexander. *The history of education and of the old parish schools of Scotland*. Charleston, S.C.: BiblioLife, 2009, p. 57.

no documento já mencionado anteriormente e que foi um marco na história da educação na Escócia – o *Livro de Disciplina*. Nesse livro os autores mostram que, por meio da educação, as novas gerações farão mais pelo país não apenas como bons “cidadãos”, mas, sobretudo, como bons cristãos. Daí a necessidade de se criar em cada paróquia uma escola para alfabetizar e ensinar o catecismo, numa sucessão de instituições que iriam das escolas elementares até as universidades, desde as áreas rurais até as maiores cidades.

A garantia de educação para os meninos pobres não se restringia aos graus elementares. São encontrados inúmeros casos de ações em que a igreja fornecia ou aconselhava que se fornecessem bolsas de estudo ou isenção de taxas aos alunos que se mostrassem aptos para a continuação de seus estudos até a universidade.²¹ Tanto ricos quanto pobres podiam receber bolsas de estudo; o que importava era a capacidade do aluno, mais do que sua condição social.

Nos capítulos VII – Bases legais das leis sobre as escolas paroquiais: 1567-1616; VIII – Bases legais das leis sobre as escolas paroquiais: 1616-1646; e IX – Bases legais das leis sobre as escolas paroquiais: 1662-1861, Wright estuda os fundamentos legais das escolas paroquiais com base nas leis que se estendem de 1567 até 1861, passando pelo *Primeiro e Segundo Livros de Disciplina*. Como já vimos, não foi a Reforma que criou as escolas da Escócia; a antiga igreja tinha já uma variedade de instituições que se dedicavam ao ensino. O que mudou com a Reforma foi o esforço no sentido de ampliar e aperfeiçoar essa rede educacional, por meio de leis, sermões e incentivos originários da própria igreja reformada no país. A característica marcante do período imediatamente posterior à Reforma foi o número de leis concernentes à educação. Nos tempos da antiga igreja, houve apenas duas leis. O estabelecimento e a manutenção de escolas tornaram-se preocupações constantes da igreja protestante escocesa, a exemplo do *Livro de Disciplina*, que estabelecia um esquema de educação integrado de âmbito nacional.²²

O *Livro de Disciplina* não foi aprovado pelo Parlamento, mas a igreja conseguiu por meio do regente John Murray, um dos grandes líderes políticos da época, que fosse aprovada uma lei em 1567 que garantia à igreja o direito de nomear superintendentes para supervisionar o trabalho dos professores que deveriam confessar a nova fé. Em 1578 foi apresentado na Assembléia Geral do Parlamento o *Segundo Livro de Disciplina*, apelando para que as rendas pertencentes à antiga igreja fossem aplicadas na manutenção da nova igreja e das escolas. Dois anos mais tarde, o cargo de superintendente, que sempre foi considerado temporário pela igreja e nunca obteve a sanção do Parlamento, também foi abolido pela Assembléia. Em 1581, a igreja deu mostras de seu

²¹ Ibid., p. 61-62.

²² Ibid., p. 83.

poder ao conseguir a aprovação de uma lei que garantia aos superintendentes a supervisão das escolas e ratificava a lei de 1567.

Em 1616 o Conselho Privado decidiu que toda paróquia do reino com condições para tal deveria manter uma escola com uma pessoa apta para ensinar. Como o poder dos bispos tinha sido restaurado, coube a eles a supervisão das escolas.

Em 1638, novamente a Igreja Presbiteriana foi restaurada e as medidas com o fim de aperfeiçoar o sistema educacional também se renovaram. Em 1646 foi aprovada uma lei que obrigava o estabelecimento de escolas onde elas ainda não tinham sido implantadas. Em muitos aspectos essa lei antecipou a grande lei de 1696 que estabelecia a instrução compulsória na Escócia. Outra reviravolta ocorreu em 1660 com a restauração de Carlos II. A jurisdição sobre as escolas passou para as dioceses mediante uma lei aprovada em 1662, que vigorou até o final da Revolução Gloriosa em 1688.

Com a ascensão de Guilherme III e Maria II, foi aprovada em 1690 uma lei que restaurava a Igreja Presbiteriana e o governo da igreja pelos presbitérios, sínodos e assembléia geral restabelecidos. Foi, no entanto, em 1696, que uma nova lei marcou grandemente a história da educação na Escócia. Por essa lei ficou estabelecido que: 1) uma escola seja criada e um mestre-escola designado pelos ministros da igreja em cada paróquia que ainda não a tiver; 2) a igreja providencie um local adequado para as aulas e garanta um salário não superior a 200 merks e não inferior a 100 (5 libras, 11s 1,5d); 3) os proprietários de terras e membros da comunidade paroquial deveriam pagar as despesas da escola e o salário do professor; 4) caso os proprietários não cumprissem sua obrigação, isso seria feito pelo presbitério, que depois cobraria as taxas dos proprietários conforme as suas rendas; 5) se os proprietários ficassem sem pagar os salários por dois períodos letivos, esses valores seriam cobrados em dobro; 6) qualquer cobrança ou diligência feita para garantir os salários deveria ser realizada por solicitação do mestre-escola; 7) as taxas cobradas para a manutenção da educação fossem proporcionais à renda de cada proprietário e 8) as pessoas prejudicadas pela cobrança indevida dessas taxas poderiam pedir a correção ao *sheriff* ou outro juiz competente.²³ Esse é em linhas gerais o teor da lei de 1696.

Mesmo com todas essas leis e os esforços empreendidos no sentido de fornecer escolas para todas as crianças, em muitas regiões da Escócia elas ainda não existiam. A lei de 1838 foi aprovada para tentar solucionar esse problema, sendo denominada “Lei para facilitar a fundação e a dotação de escolas adicionais na Escócia” (*An act to facilitate the foundation and endowment of additional schools in Scotland*). As escolas estabelecidas por essas leis ficaram

²³ Cf. WRIGHT, *The history of education and of the old parish schools of Scotland*.

conhecidas como Escolas Paroquiais Parlamentares (*Parliamentary Parish Schools*). A comunidade providenciava a escola e a casa para o mestre-escola, mas o salário do professor passaria a ser pago pelo governo.

Outra lei de alguma importância aprovada pelo Parlamento é datada de 1861, sendo conhecida como “Lei dos mestre-escolas dos burgos e das paróquias da Escócia” (*Parochial and burgh schoolmasters act*). Por essa lei, os salários dos professores foram fixados entre 35 e 70 libras por ano, bem como foi abolida a profissão de fé como condição para o ensino. Os testes realizados pela igreja ou pelos religiosos foram suprimidos, bastando que o professor se comprometesse a não ensinar nada que fosse contrário ao que ensinavam as Sagradas Escrituras. O poder conferido aos presbitérios para avaliar os candidatos a professores foi transferido para uma junta de examinadores composta por seis pessoas designadas pelas quatro universidades escocesas.²⁴ Finalmente, a Lei Educacional de 1872 pôs um fim à influência da igreja reformada sobre a educação, criando os Conselhos Escolares, formados pela comunidade e responsáveis para gerir os assuntos referentes à educação em cada cidade ou paróquia.

CONCLUSÃO

Por meio dessas cinco obras, podemos fazer um breve balanço de como a Reforma influenciou a educação na Escócia. Desde o período de influência da Igreja Católica, vimos que o país possuía algumas instituições de ensino para a formação do clero e para a educação dos jovens nobres. Como nos demais países europeus, a igreja detinha o controle da educação em seus diferentes níveis e atuava como supervisora dos currículos que deviam ser ensinados. A Escócia passou pelo processo de reformulação de sua base religiosa e com ele tornou-se um país em que as idéias de Lutero e Calvino foram utilizadas para moldar uma nova sociedade. Nessa nova sociedade, ainda cristã, mas não mais católica, a educação passou a ter uma importância ainda maior da que tivera sob os auspícios da antiga igreja. Com base no modelo calvinista, a Escócia reformulou suas instituições educacionais e ampliou o alcance das mesmas para todo o país e para todas as classes sociais.

Todas as obras analisadas neste artigo mostram a importância que a Reforma Protestante e o *Livro de Disciplina*, apresentado ao Parlamento em 1560, tiveram para a educação na Escócia.²⁵ Seu mérito reside no fato de conter em suas linhas um esquema de educação integrado nacionalmente, articulado

²⁴ Cf. *Ibid.*, p. 112.

²⁵ Para Arthur Herman, foi a Reforma Protestante que estabeleceu as fundações da modernidade na Escócia. Sem a apreciação do legado do presbiterianismo na Escócia, a história do país na civilização moderna estaria incompleta. Cf. HERMAN, Arthur. *How the Scots invented the modern world*. New York: Three Rivers Press, 2001.

internamente e universalizado, ou seja, para crianças e adultos, ricos e pobres. Tais ideias somente no século 19 iriam ganhar vida nos diversos países da Europa e nos Estados Unidos. Suas propostas eram avançadas para a época, mas foram um sonho que só gradativamente se tornou realidade. As leis sobre educação, desde a primeira que estabelecia a educação compulsória de 1696 até a grande Lei Educacional de 1872, mostram as lutas travadas entre a Igreja Reformada e seus defensores e o Parlamento, para a efetivação desse sonho.

Reforma e educação na Escócia se completam, uma trabalhando para a concretização de leis e instituições, outra ajudando na divulgação e compreensão da nova fé. Entre meados do século 16 e final do século 19 a Igreja Reformada esteve à frente da educação escocesa, criando escolas, supervisionando currículos e admitindo professores. Sua hegemonia foi quebrada quando em 1872 a lei sobre educação foi aprovada e tirou da igreja a supremacia sobre os assuntos educacionais. A educação com fortes vínculos religiosos foi substituída por uma educação laica, sem a necessidade da confissão de fé por parte dos mestres. O Estado tomou para si a responsabilidade de criar e manter escolas, que passaram a ser supervisionadas por um quadro de pessoas da comunidade, e não mais da igreja. Com tudo isso, a Escócia adentrou o século 20 com uma rede de instituições de ensino muito importante para o seu povo, tornando-se, sem dúvida alguma, um exemplo para outros países que, como o Brasil, ainda lutam por democratizar o ensino e garantir oportunidades iguais para todos.

ABSTRACT

The history of European education follows the paths delineated by the Catholic Church during the extended time it dominated the continent. In Scotland that control was visible until 1560, when Protestantism was implanted in the country, thereby changing the religious, and consequently the educational outlook. This article raises the issue of the Protestant Reformation and its relations with the educational development of Scotland, based on an analysis of some education history handbooks. The works consulted for the article were *A History of Secondary Education in Scotland*, by John Strong; *Education in Scotland: A Sketch of the Past and the Present*, by William John Gibson; *Short Studies in Education in Scotland*, by John Clarke; *The History of Scottish Education*, by James Scotland; and *The History of Education and of the Old Parish Schools of Scotland*, by Alexander Wright. The criterion for the selection of these works was essentially that of availability, since no works about this subject were found in Brazil.

KEYWORDS

Education; Protestant Reformation; Scotland; Education history handbooks.